

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA, CONTABILIDADE E SECRETARIADO**

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O CASO DO MUNICÍPIO DE
MORADA NOVA**

CLARICE CYNARA DE SOUSA

FORTALEZA, DEZEMBRO, 1999

657
S85a

CC-392

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BRFEAO

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O CASO DO MUNICÍPIO DE
MORADA NOVA

CLARICE CYNARA DE SOUSA

FORTALEZA, DEZEMBRO, 1999

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA: O CASO DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA

RSFEAC

CLARICE CYNARA DE SOUSA

Orientador(a): MARCUS VINÍCIUS VERAS MACHADO

RSFEAC

Monografia apresentada a
Faculdade de Economia,
Administração, Atuária,
Contabilidade e Secretariado,
para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências
Contábeis.

FORTALEZA – CE

1999

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

BSFEAD

Média

Clarice Cynara de Sousa

Aluna: Clarice Cynara de Sousa

Nota

Marcus Vinicius Veras Machado
Prof.(a): Marcus Vinicius Veras Machado
Prof. Orientador

Prof.(a): Marcus Vinicius Veras Machado

Prof. Orientador

Nota

Osório Cavalcante Araújo
Prof.(a): Osório Cavalcante Araújo
Membro da Banca Examinadora

Prof.(a): Osório Cavalcante Araújo

Membro da Banca Examinadora

Nota

Vicente Lima Crisóstomo
Prof.(a): Vicente Lima Crisóstomo
Membro da Banca Examinadora

Prof.(a): Vicente Lima Crisóstomo

Membro da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

À DEUS pela graça dessa realização,

Aos meus pais Miramon e Zilnar pela força dada,

À minha irmã gêmea Clara pela paciência,

Ao meu orientador Marcus Vinícius pela imensa ajuda,

Às minhas amigas Aletuza, Márcia, Emanuele, Lísia, Marília e Marisa pelo incentivo,

Aos membros da banca examinadora Vicente e Osório pelo aceite,

Ao meu antigo chefe José Wellington e o atual Luciano Guedes pela colaboração,

A todos que de alguma forma contribuíram para esse fim.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	III
SUMÁRIO	IV
LISTAS	VI
RESUMO	VII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2
1.1 <i>CONCEITO</i>	2
1.2 <i>PEÇAS OBRIGATÓRIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</i>	2
1.2.1 <i>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</i>	3
1.2.2 <i>BALANÇO FINANCEIRO</i>	4
1.2.3 <i>BALANÇO PATRIMONIAL</i>	4
1.2.4 <i>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</i>	5
1.3 <i>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</i>	6
1.4 <i>MODELOS</i>	7
CAPÍTULO 2 O MUNICÍPIO DE MORADA NOVA	12
2.1 <i>BREVE HISTÓRICO</i>	12
2.2 <i>ESTRUTURA ADMINISTRATIVA</i>	14
CAPÍTULO 3 ANÁLISE DO SETOR CONTÁBIL E DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS NO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA	19

3.1 TERCEIRIZAÇÃO	19
3.2 FUNCIONAMENTO	21
3.3 INFORMATIZAÇÃO	22
3.4 RELATÓRIOS	23
3.5 ANÁLISE CRÍTICA	30
3.5.1 Do Balanço Orçamentário	30
3.5.2 Do Balanço Financeiro	32
3.5.3 Do Balanço Patrimonial	34
3.5.4 Da Demonstração das Variações Patrimoniais	37
CONCLUSÃO	39
BIBLIOGRAFIA	40

LISTAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Balanço Orçamentário-----	8
Figura 2 - Balanço Financeiro -----	9
Figura 3 - Balanço Patrimonial -----	10
Figura 4 - Demonstração das Variações Patrimoniais-----	11
Figura 5 - Localização Geográfica -----	14
Figura 6 - Organograma 1 -----	17
Figura 7 - Organograma 2 -----	18

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Balanço Orçamentário-----	24
Quadro 2: Balanço Financeiro -----	25
Quadro 3: Balanço Patrimonial -----	27
Quadro 4: Demonstração das Variações Patrimoniais-----	29

RESUMO

Como a Contabilidade Pública está estruturada em sistemas específicos, como Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Contas de Compensação, para refletir os resultados dos atos e fatos praticados pelas entidades públicas, são apresentados os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais. A interpretação desses resultados dos balanços públicos, passa inicialmente pela análise dos dados apresentados, sendo mais fiel à medida que os fatos analisados tenham um nível de detalhamento e informações que reflitam corretamente os atos escriturados e possibilitem por meio desse conhecimento, o entendimento dos resultados apontados. O presente trabalho objetivou fornecer um estudo e uma análise genérica sobre as Demonstrações Contábeis na administração pública, fazendo uma análise crítica na estrutura dos Balanços do município de Morada Nova. A metodologia utilizada envolveu pesquisa bibliográfica em livros e a coleta de dados em Demonstrativos Contábeis no município. Conclui-se a importância da análise dos demonstrativos contábeis na administração pública municipal, conhecendo a situação real do município, principalmente como ferramenta gerencial.

INTRODUÇÃO

ORÇAMENTO

A Contabilidade pública está estruturada e organizada em Sistemas específicos, tais como: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação. Esta divisão é para melhor atender aos aspectos legais, regulamentares e técnicos.

Em razão da organização em que está estruturada a Contabilidade Pública, para refletir os resultados dos atos e fatos praticados pelas entidades públicas, são apresentadas quatro peças denominadas: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais. Cada demonstrativo apresenta a movimentação ocorrida, bem como o resultado correspondente, relativo ao exercício a que se refere. Em realidade, a necessidade cada vez maior de organizar e apresentar com mais precisão esses resultados orçamentário, financeiro, patrimonial e suas variações leva à abertura de um novo ramo de estudo da Contabilidade Pública que é o da Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços Públicos.

Pretende-se com este trabalho fornecer um estudo e uma análise genérica sobre as Demonstrações Contábeis no setor público, fazendo uma análise crítica na estrutura dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais do município de Morada Nova, através de informações coletadas utilizando pesquisas de campo e bibliográfica e, incentivar o surgimento de outros trabalhos que o aperfeiçoem. Não é intenção, desenvolver novos mecanismos de apresentação dos resultados orçamentário, financeiro e patrimonial, mas colaborar com o tema, através de um melhor esclarecimento sobre as peças elencadas na Lei Federal N.º 4.320/64.

Os assuntos foram distribuídos em capítulos, títulos e subtítulos, tomando por base a Lei 4.320/64. No capítulo inicial procura-se abordar como são as Demonstrações Contábeis na Administração Pública. Em seguida, é apresentado um breve histórico do município de Morada Nova, finalizando com uma análise prática dos Demonstrativos Contábeis deste município.

CAPÍTULO 1

AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.1 CONCEITO

Para FRANCO (1992, pág.139), “O registro dos fatos contábeis, realizado de forma analítica e em ordem cronológica, não é suficiente para atingir a finalidade informativa a que se destina a Contabilidade, dada a heterogeneidade dos fenômenos patrimoniais. Daí a utilização, pela Contabilidade, de uma técnica expositiva, que compreende o levantamento das chamadas *demonstrações contábeis*, através das quais é feita a demonstração expositiva dos componentes patrimoniais e de suas variações”.

Para assegurar o controle do patrimônio e fornecer informações sobre a sua composição e as variações ocorridas, a Contabilidade faz demonstrações do patrimônio e de suas variações, através de técnicas que obedecem aos princípios contábeis. Essas demonstrações são chamadas de *demonstrações contábeis*

Assim como nas empresas privadas, as entidades públicas também possuem demonstrações contábeis que são os chamados Balanços Públicos, que possuem características próprias de apresentação, pois sua elaboração está baseada na escrituração dos atos e fatos das entidades públicas e obedece às condições e regras da Contabilidade Pública de acordo com a lei 4.320/64.

1.2 PEÇAS OBRIGATÓRIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Contabilidade Pública está estruturada e organizada em Sistemas específicos, como Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação, para atender aspectos legais, regulamentares e técnicos. Em razão dessa organização, para representar o resultado contábil dos atos e fatos praticados pelas entidades públicas, em determinado período de tempo, geralmente o exercício financeiro que no Brasil coincide com o ano civil, ou seja, inicia-se em

1º de Janeiro e termina em 31 de Dezembro, são apresentados os Balanços Públicos que na realidade são representados por um conjunto de quatro peças denominadas Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.



1.2.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Este demonstrativo está preocupado com a comparação da receita prevista com sua realização ou execução e da despesa prevista ou fixada com sua realização ou execução.

Todos os balanços visam demonstrar os resultados gerais do exercício e o Balanço Orçamentário demonstrará o Resultado Orçamentário podendo resultar de três situações distintas:

- Receita Arrecadada > Despesa Realizada = Superávit Orçamentário
- Receita Arrecadada < Despesa Realizada = Déficit Orçamentário
- Receita Arrecadada = Despesa Realizada \Rightarrow Equilíbrio Orçamentário

Após o cálculo do resultado orçamentário, o superávit é alocado do lado da despesa e o déficit do lado da receita, com o objetivo de se fazer o fechamento do Balanço Orçamentário, ou seja, a previsão da receita = fixação da despesa.

Conforme constando no item 1.4 - Modelos pode-se verificar que na Receita o Balanço Orçamentário permite-nos uma análise da execução do orçamento em três naturezas:

- I. Quanto à fixação da receita para o exercício financeiro;
- II. A arrecadação por fonte de governo;
- III. O resultado como diferença. Positivo se a arrecadação for maior e negativo se a arrecadação for menor que a previsão.

Na Despesa o balanço é demonstrado em três naturezas:

- I. Despesa fixada: créditos orçamentários e suplementares, créditos especiais e extraordinários;

- II. Despesa executada: despesa paga adicionada às despesas a pagar;
- III. Diferença.

Esse balanço evidenciará a execução do orçamento, relativamente à Receita às Despesas.

1.2.2 BALANÇO FINANCEIRO

Demonstra todas as entradas (ingressos) e saídas (dispêndios) de recursos, unindo-se as entradas com o saldo disponível, proveniente do exercício anterior e as saídas com o saldo disponível que vai para o exercício seguinte. Desta forma, apura-se no Balanço Financeiro, o Resultado Financeiro do exercício, apresentando um superávit, se o somatório total das entradas (receitas) for maior que o somatório total das saídas (despesas), e um déficit também se o somatório total das entradas (receitas) for menor do que o somatório total das saídas (despesas), o que demonstrará se houve acréscimo ou diminuição dos recursos financeiros.

De acordo com a FIG. 2 constatado no item 1.4 - Modelos, observa-se que o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções, uma de “receita” e outra de “despesa”, divididas em dois grupos de movimentação financeira; o primeiro refere-se aos registros da receita e despesa orçamentárias e o segundo ao registro da receita e despesa extra-orçamentárias, que se igualam, computando-se os saldos do exercício anterior, na parte da receita, e o saldo que passa para o exercício seguinte, na parte da despesa. Devem ser demonstrados os “movimentos do exercício”, isto é, o somatório das operações realizadas por contas ocorridas no período de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro e não somente os saldos das contas.

1.2.3 BALANÇO PATRIMONIAL

- É o documento que demonstra a situação patrimonial da entidade, ou seja, os valores do ativo e os elementos do passivo, cujo levantamento se faz no encerramento do exercício financeiro. O ativo compreende os saldos disponíveis, bens créditos e valores, já o passivo se refere aos compromissos a curto prazo, como também às dívidas interna e externa. A diferença quando positiva entre o Ativo Real e o Passivo Real apresentará o saldo patrimonial

de Ativo Real líquido. Ocorrendo o contrário, quando os elementos do passivo superam os valores do ativo, o saldo patrimonial demonstrará o Passivo Real Descoberto. *

Demonstra tanto na parte do Ativo, quanto na parte do Passivo, três grupos de contas, em que se apresentam os bens, direitos e obrigações, sendo que no primeiro grupo, denominado Ativo e Passivo Financeiro, estão as contas da movimentação financeira; no segundo grupo, denominado Ativo e Passivo Permanente, a movimentação dos elementos de caráter permanente; e no terceiro grupo, denominado Ativo e Passivo Compensado, a movimentação dos direitos e obrigações que são geralmente decorrentes de contratos, convênios ou ajustes. É o que verifica-se na FIG. 3 do item 1.4 dessa monografia. Especificando, na parte que diz respeito ao Ativo, apresenta o saldo das contas que representam a parte positiva do patrimônio, relativa aos bens e direitos das entidades públicas. Por outro lado, na parte do Passivo, apresenta o saldo das contas que representam a parte negativa do patrimônio, como é o caso das obrigações das entidades públicas.

1.2.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Demonstra de uma lado as variações ativas e de outro as variações passivas, podendo ser resultantes ou independentes da execução orçamentária. Todas as operações verificadas no decorrer do exercício financeiro resultantes ou independentes da execução orçamentária da entidade, como receita arrecadada, construção e aquisição de bens em geral, inscrição da Dívida Ativa, créditos, cancelamento de dívidas e outros, constituem aumento do patrimônio, portanto, incluem-se no grupo das variações ativas. E as operações também resultantes ou independentes da execução orçamentária, como as despesas, cobrança de Dívida Ativa, alienação de bens em geral, empréstimos tomados, cancelamento de Dívida Ativa e diversos, são fatores que contribuem para uma diminuição do patrimônio da entidade formando as variações passivas.

Entre o total das variações ativas e o das variações passivas surge o Resultado Patrimonial, que será deficitário caso as variações ativas sejam inferiores às variações passivas. Se ocorrer o contrário, implicará uma situação superavitária.

Através desse demonstrativo pode-se verificar se a administração da entidade pública teve um bom ou mau desempenho no decorrer de exercício financeiro. Isso seria na empresa

privada o quadro denominado “Demonstração da Conta de Lucros e Perdas”. E como na Administração Pública não se apura lucro ou prejuízo, e sim aumento ou diminuição do patrimônio, faz-se necessário o levantamento do demonstrativo em questão.

1.3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Fundamentação Legal dos Balanços na Administração Pública está prevista na Lei n.º 4.320, de 17 de Março de 1964. Em seu Art. 101, define que os resultados gerais do exercício serão demonstrados em quatro tipos de balanços: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Art. 102 da Lei 4.320/64, determina que o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas, em confronto com as realizadas. O Anexo 12 (Fig. 1) é o modelo em que esse Balanço deve ser apresentado.

O Balanço Financeiro em seu Art. 103, demonstrará as receitas e despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos, em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte. A lei exige, na verdade, uma demonstração do movimento de caixa durante todo o exercício, utilizando o modelo do Anexo 13 (Fig. 2), em que a receita orçamentária está apresentada segundo as categorias econômicas e a despesa segundo as funções. O interesse é salientar os saldos que se transferem de exercício

O Art. 104, define que uma Demonstração de Variações Patrimoniais deve evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício. Deve ser apresentada no modelo do Anexo 15 (Fig. 4). Esta demonstração indica os recursos financeiros efetivamente obtidos e os recursos aplicados nas várias atividades executadas pela administração.

A Lei 4.320/64, em seu Art. 105, determina que o Balanço Patrimonial demonstrará:

- I. O Ativo Financeiro
- II. O Ativo Permanente

- III. O Passivo Financeiro
- IV. O Passivo Permanente
- V. O Saldo Patrimonial; e
- VI. As Contas de Compensação

BSFEAC

O modelo é o do Anexo 14 (Fig. 3) . Segundo MACHADO e REIS (1997, pág.) , “o Balanço Patrimonial é a demonstração que evidencia, de um lado a posição e a data do encerramento das contas representativas de bens, direitos e, quando for o caso, do saldo patrimonial negativo, de outro lado, evidencia a posição das contas representativas de compromissos assumidos com terceiros e do saldo patrimonial positivo, ou seja, do patrimônio líquido da instituição pública”.

1.4 MODELOS

A seguir serão apresentados os modelos dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais segundo a Lei 4.320/64.

FIG. 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ENTIDADE	EXERCÍCIO		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO-ANEXO 12				
	RECEITA		DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
Receitas Correntes				Créditos Orçamentários e			
Receita Tributária				Suplementares			
Receita de Contribuições				Créditos Especiais			
Receita Patrimonial				Créditos Extraordinários			
Receita Agropecuária							
Receita Industrial							
Receita de Serviços							
Transferências Correntes							
Outras Receitas Correntes							
Receitas de Capital							
Alienação de Bens							
Transferências de Capital							
SOMA				SOMA			
DÉFICIT				SUPERÁVIT			
TOTAL				TOTAL			

FONTE: LEI 4.320/64

FIG. 2 - BALANÇO FINANCEIRO

ENTIDADE		EXERCÍCIO		BALANÇO FINANCEIRO-ANEXO 13	
RECEITA		DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS	TÍTULOS	FIXAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA				ORÇAMENTÁRIA	EXECUÇÃO
					DIFERENÇAS
Receitas Correntes				Legislativa	
Receita Tributária				Judiciária	
Receita de Contribuições				Administração e Planejamento	
Receita Patrimonial				Agricultura	
Receita Agropecuária				Comunicações	
Receita Industrial				Defesa Nacional e Segurança Pública	
Receita de Serviços				Desenvolvimento Regional	
Transferências Correntes				Educação e Cultura	
Outras Receitas Correntes				Energia e recursos Minerais	
Receitas de Capital				Habituação e Urbanismo	
Alienação de Bens				Indústria, Comércio e Serviços	
Transferências de Capital				Saúde e Saneamento	
EXTRA ORÇAMENTÁRIA				Trabalho	
Restos a Pagar				Assistência e Previdência	
Serviços da Dívida a Pagar				Transporte	
Depósitos				EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
Outras Operações :				Restos a Pagar	
.....				Serviço da Dívida a Pagar	
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				Depósitos	
Caixa				Outras Operações	
Bancos e Correspondentes				SALDO P/ EXERCÍCIO SEGUINTE	
TOTAL				Caixa	
				Bancos e Correspondentes	
				TOTAL	

FONTE: LEI 4.320/64

FIG. 3 - BALANÇO PATRIMONIAL

ENTIDADE		EXERCÍCIO		BALANÇO PATRIMONIAL-ANEXO 14	
ATIVO		PASSIVO			
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR	VALOR	VALOR
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO			
Disponível		Restos a Pagar:			
Caixa				
Bancos e Correspondentes		Serviço da Dívida a Pagar			
Realizável		Depósitos			
.....		Débitos de Tesouraria			
ATIVO PERMANENTE		PASSIVO PERMANENTE			
Bens Móveis		Dívida Fundada Interna:			
Bens Imóveis		Em Títulos			
Bens de Natureza Industrial		Por Contratos			
Créditos		Diversos:			
Valores Diversos				
Soma do Ativo Real		Soma do Passivo Real			
SALDO PATRIMONIAL		SALDO PATRIMONIAL			
Passivo Real Descoberto		Ativo Real Líquido			
SOMA		SOMA			
ATIVO COMPENSADO		PASSIVO COMPENSADO			
Valores em Poder de Terceiros:		Contrapartida de Valores em			
.....		Poder de Terceiros:			
Valores Nominais Emitidos:				
Diversos:		Contrapartida de Valores			
.....		Nominais Emitidos:			
TOTAL		Diversos:			
				
		TOTAL			

FONTE: LEI 4.320/64

FIG. 4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACÕES PATRIMONIAIS

ENTIDADE		EXERCÍCIO		DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACÕES PATRIMONIAIS-ANEXO15	
VARIACÕES ATIVAS		VARIACÕES PASSIVAS			
TÍTULOS	VALOR	VALOR	TÍTULOS	VALOR	VALOR
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA			DESPA ORÇAMENTÁRIA		
Receitas Correntes			Despesas Correntes		
Receita Tributária			Despesa de Custeio		
Receita de Contribuições			Transferências Correntes		
Receita Patrimonial			Despesas de Capital		
Receita Agropecuária			Investimentos		
Receita Industrial			Inversões Financeiras		
Receita de Serviços			Transferências de Capital		
Transferências Correntes			MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		
Outras Receitas Correntes			Cobrança da Dívida Ativa		
Receitas de Capital			Alienação de Bens Móveis		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			Alienação de Bens Imóveis		
Aquisição de Bens Móveis			Recebimento de Créditos		
Construção e Aquisição de Bens Imóveis			Diversas		
Empréstimos Concedidos			TOTAL		
Diversas			INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO		
TOTAL			ORÇAMENTÁRIA		
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO			Serviço da Dívida a Pagar		
ORÇAMENTÁRIA			Cancelamento da Dívida Ativa		
Inscrição de Dívida Ativa			Disponível:		
Incorporação de Bens			Caixa		
Cancelamento de Dívidas Passivas			Bancos e Correspondentes		
Diversas			Diversas		
Total das Variações Ativas			Total das Variações Passivas		
RESULTADO PATRIMONIAL			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit Verificado (se for o caso)			Superávit Verificado (se for o caso)		
TOTAL GERAL			TOTAL GERAL		

FONTE: LEI 4.320/64

CAPÍTULO 2 O MUNICÍPIO DE MORADA NOVA



2.1 BREVE HISTÓRICO

O Município de Morada Nova foi criado pela Lei Estadual n.º 1719 de 02 de Agosto de 1876, antes denominada *Villa do Espírito Santo*, devido o padroeiro o Divino Espírito Santo, onde só então foi emancipada pela Assembléia Provincial, que a desmembrou de Russas. Seu nome é proveniente da denominação da fazenda que deu origem ao município, sendo o povo denominado Moradanovense. A cidade cresceu mantendo tradições que jamais a deixaram: a devoção ao Divino Espírito Santo e o respeito à figura do vaqueiro. Dista cerca de 163 km de Fortaleza pelo itinerário BR-116/CE-138. Possui 08 distritos: Morada Nova(sede), Boa Água, Aruaru, Uiraponga, Roldão, Juazeiro de Baixo, Pedras e Lagoa Grande que na bandeira são representados por oito estrelas e uma maior que seria a sede.

O município é povoado por cerca de 65 mil habitantes e uma taxa de urbanização de 50,03 % o que significa que mais da metade da população vive na sede dos distritos e do município. É o 13º maior contingente populacional do Estado, e é o maior em extensão territorial no Ceará.

Sua localização no estado é Centro Leste, com 5º06'24" de latitude(s), 38º22'21" de longitude(w), 2.838 km² de área - 1,93% em relação ao Estado, e a sede possui 89m de altitude. O clima predominante do município é o semi-árido nordestino, com pluviosidade média de cerca de 723 mm por ano.

A área de educação é o setor administrativo que mostra indicadores mais positivos no município. Cerca de 70 escolas foram recuperadas, anexadas 32 salas a outras que precisavam ser ampliadas, e construídas mais 10. Foi restaurada também a dignidade do professor, pois os salários dos professores com habilitação plena, que era de R\$ 60,00 passou para R\$ 150,00 e hoje é de R\$ 261,00. O salário base era de R\$ 25,00 e, hoje, está em R\$ 180,00. Hoje, as

matrículas do ensino fundamental (1ª a 8ª séries) e educação infantil (creche e pré-escola) cresceram em mais de 40%. A evasão escolar caiu de 26%, no ensino fundamental em 96, para 16% em 98, e a taxa de aprovação cresceu de 51% para 66% no ensino médio, no mesmo período. Foi implantado o ensino para jovens e adultos, e o ambiente escolar modificou-se. As escolas tem conselhos escolares, garantindo a participação dos pais, professores e alunos.

Hoje, são 50 profissionais com nível superior, na área de saúde do município: 17 médicos no PSF, um clínico, um pediatra, dois obstetras, um ultrassonografista, dois bioquímicos, 19 enfermeiras, um fonoaudiólogo, um terapeuta ocupacional 10 dentistas, 1 farmacêutico, 1 veterinário, 2 fisioterapeutas, 106 agentes de saúde e 95 outros profissionais de nível médio.

A principal atividade econômica do município é a agropecuária. As perspectivas econômicas apontam para a agricultura irrigada como fonte de emprego e renda e o comércio tem boas perspectivas de crescimento, com a ampliação da irrigação e consolidação do pólo calçadista. É considerada a 5ª bacia leiteira do Estado. É hoje o 22º Município em renda interna do Estado e o 26º em renda per capita. Possui 46.151 eleitores-1,15% sobre o total do Estado. O Poder Executivo Municipal possui 935 servidores distribuídos pelas diversas secretarias. Já o Poder Legislativo Municipal são 19 servidores e 40 vereadores.

O potencial paisagístico de rios, barragens, lagoas e outros atrativos incluíram Morada Nova entre os municípios com potencial turístico do Ceará, pela própria EMBRATUR, devido também à eventos que são ponto de encontro de visitantes, como a festa do Divino e do Vaqueiro, festas juninas e o carnaval, todos apoiados pela Prefeitura.

Na Administração vem sendo realizado um modelo administrativo cuja proposta é uma trabalho participativo, unindo gestores e cidadãos num trabalho onde o munícipe participa, reivindica e coopera com a Prefeitura, na construção de um projeto que garanta oportunidades de emprego, renda e dignidade de vida através por exemplo da realização de concurso público onde um total de 1.291 servidores concursados já estão efetivados, montagem de um cadastro central de recursos humanos, implantação de sistema de pagamento eletrônico através de cartão magnético, via Banco do Brasil.

FIGURA 5 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



FONTE: <http://www.ceara.com.br/cidades/moradanova/index.htm>

2.2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A Estrutura Organizacional do Poder Executivo no Município de Morada Nova está demonstrada no ORGANOGRAMA 1 e é composta da estrutura integrada da Prefeitura Municipal e das seguintes secretarias:

- Secretaria de Administração
- Secretaria de Saúde
- Secretaria de Finanças, Coordenação e Planejamento
- Secretaria de Educação e Cultura
- Secretaria de Obras e Serviços Públicos
- Secretaria de Ação Social
- Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos

Compõe ainda, a nível de *staff*, as seguintes unidades:

- Núcleo de Assessoria Técnica
- Gabinete do Prefeito

As unidades que compõe a administração direta, relacionadas anteriormente, têm as seguintes atribuições:

À Secretaria de Administração compete a execução dos serviços administrativos e de expediente, bem como a implantação e execução da política burocrática da Prefeitura Municipal, nas áreas de pessoal, material e arquivo geral; dirigir, orientar e executar a política de assistência e Previdência Social ao servidor público municipal.

À Secretaria de Saúde é o órgão incumbido de propugnar o desenvolvimento social do Município, em seus aspectos de saúde competindo-lhe, elaborar, executar e coordenar programas de medicina preventiva; dar orientação geral e específica ao pessoal da área de saúde do Município; promover e/ou executar cursos de treinamento para o pessoal do sistema Municipal de Saúde; orientar os serviços de atendimento médico odontológico, manter, supervisionar e acompanhar as atividades das unidades de saúde municipal; supervisionar atividades ligadas a fiscalização sanitária, de conformidade com a legislação em vigor.

À Secretaria de Finanças, Coordenação e Planejamento compete o planejamento e a coordenação da política administrativa, financeira do Município, elaborando o plano de desenvolvimento integrado, os Orçamentos Plurianuais de Investimentos, o Orçamento Programa de Desembolso Físico, Econômico e Social do Município; executar a política tributária do município, executando os serviços de planejamento, lançamento, cobrança, arrecadação de impostos e taxas, pagamentos e guarda de valores; controle de programação, contabilidade e auditoria, defesa dos interesses da Fazenda Municipal.

À Secretaria de Educação e Cultura superintender e orientar a política educacional do Município, propiciando na medida do possível, o extermínio do analfabetismo e incentivando a educação física, bem como o cultivo pelas artes, bibliotecas públicas. Assistir crianças e adolescentes das diversas unidades escolares, com assistência médico - dentário, distribuição de merenda escolar, recreação programada, procurando desenvolver o espírito de cooperação e solidariedade humana. Promover o desenvolvimento de uma política dinâmica e atualização de turismo.

À Secretaria de Obras e Serviços Públicos compete o planejamento, as construções, as reformas e adaptações dos prédios municipais; observar a aplicação das diretrizes estabelecidas do plano diretor da cidade, bem como o Código de Posturas Municipais, fiscalizando a aplicação de normas, usando o poder de polícia que faculta a legislação em vigor. Órgão que tem a finalidade de planejar, executar, fiscalizar as atividades de limpeza

pública, iluminação pública, abastecimento, administração de mercados, feiras e matadouros, chafarizes, lavanderias, assistência a agricultores e pecuaristas, bem como assistindo na medida do possível, as atividades de comunicações.

À Secretaria de Ação Social compete o desenvolvimento da política de Assistência Social aos menos favorecidos da sorte, através dos Centros Sociais Urbanos, de programas comunitários de assistência ao menor e ao idoso propiciar o treinamento de mão-de-obra nos setores primário e secundário criando na medida do possível, no seio da comunidade o espírito de fraternidade e solidariedade humana.

À Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos é o órgão incumbido de promover o desenvolvimento da agropecuária do Município, fomentar a produção animal e vegetal do Município, promover recuperação do solo, o combate as pragas da lavoura, a distribuição de sementes selecionadas e fertilizantes, promover a vacinação periódica e sistemática dos rebanhos, dar toda assistência possível aos produtores do Município, organizar os produtores quanto ao financiamento, mercado consumidor, recuperação do solo, utilização de matrizes etc., promover exposições agropecuárias do Município, bem como propugnar pelo aproveitamento racional e integrado dos recursos hídricos do Município. Coordenar, gerenciar e operacionalizar estudos, pesquisas, programas, projetos, obras e serviços relacionados com os recursos hídricos do Município, promover a articulação com os órgãos estaduais e federais na área de recursos hídricos.

Ao Núcleo de Assessoria Técnica compete o relacionamento sócio-político da Prefeitura Municipal, encarregando-se dos assuntos relacionados a informação e atendimentos ao povo e as autoridades constituídas, funcionando como secretaria do Prefeito.

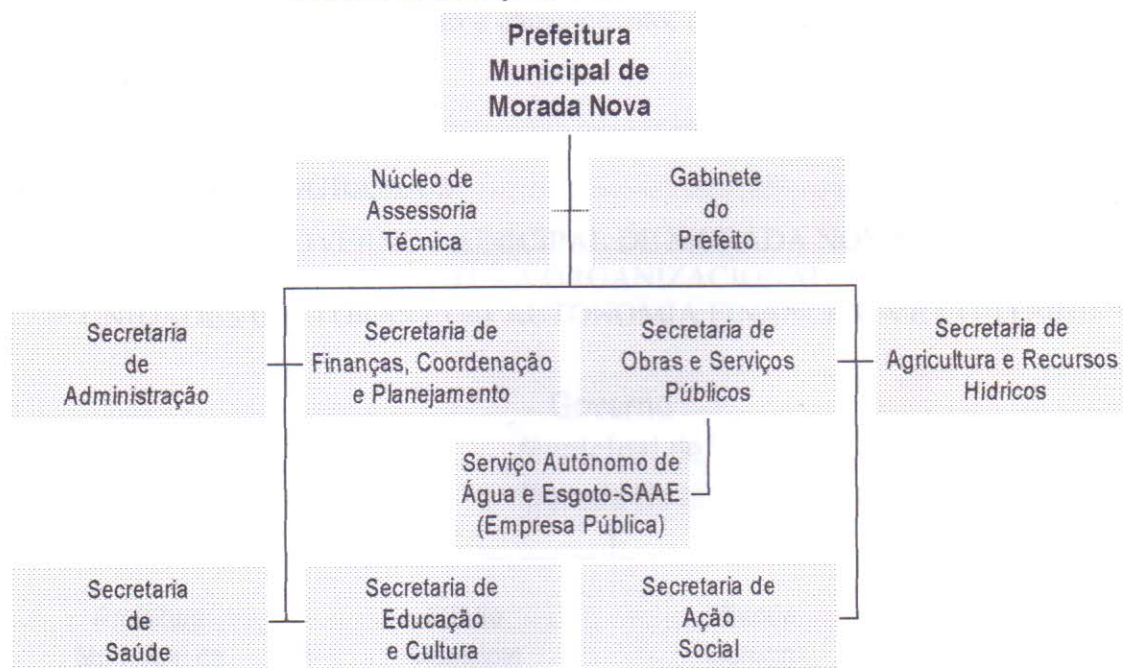
Ao Gabinete do Prefeito compete proporcionar assessoramento administrativo a realização dos seus objetivos e metas. Atender as autoridades e o povo em geral, ouvindo suas pretensões, encaminhando os pedidos e reivindicações do povo a apreciação do Prefeito. Promover a Supervisão e Coordenação Política Administrativa do Município; dar assistência técnica jurídica ao Prefeito Municipal e toda a administração direta no que diz respeito ao direito, orientando-os na elaboração de projetos de Lei, Decretos, Resoluções, Portarias e demais atos de cunho jurídico. Funciona como órgão oficial de relações públicas da Prefeitura.

O Município de Morada Nova possui inserido na sua estrutura da Administração Pública Indireta, uma empresa pública denominada Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, que possui receita própria decorrente da prestação de serviços na área de saneamento básico, água e esgoto conforme ORGANOGRAMA 1 que trata da Administração Direta e Indireta.

BSFEAO

FIGURA 6 - ORGANOGRAMA 1

**GOVERNO MUNICIPAL DE MORADA NOVA
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA**



FONTE: ELABORADO PELO AUTOR

O Município de Morada Nova possui as seguintes unidades gestora com autonomia contábil e financeira, conforme ORGANOGRAMA 2:

- Prefeitura Municipal de Morada Nova
- Câmara Municipal de Morada Nova
- Fundo Municipal de Saúde
- Fundo Municipal de Seguridade Social
- Fundo Municipal de Educação
- Fundo Municipal de Assistência Social
- Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE

Estas Unidades Gestoras, com exceção da Prefeitura e Câmara Municipal, são criadas por leis municipais específicas onde estão estabelecidos os objetivos, as origens dos recursos financeiros, a forma de contabilização e a execução orçamentária inerente a realização dos trabalhos desenvolvidos. Cada Fundo municipal é responsável pelo desenvolvimento de atividades em uma área específica. A Câmara Municipal está inserida no conjunto das Unidades Gestoras por ser o poder legislativo local e deter completa autonomia sobre os recursos financeiros pela Prefeitura Municipal. A Prefeitura está demonstrada no Organograma nas Unidades Gestoras por ser responsável pelas atividades desenvolvidas pelo município em áreas que não possui fundo municipal específico, como as áreas de administração; finanças, coordenação e planejamento; obras e serviços públicos; agricultura e recursos hídricos.

BSFEAC

FIGURA 7 - ORGANOGRAMA 2

**GOVERNO MUNICIPAL DE MORADA NOVA
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
UNIDADES GESTORAS COM AUTONOMIA FINANCEIRA E CONTÁBIL**



FONTE: ELABORADO PELO AUTOR

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DO SETOR CONTÁBIL E DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS NO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA

Uma verdadeira revolução administrativa promoveu o avanço de uma administração pública burocrática para a gestão gerencial ou empreendedora no município de Morada Nova, onde a contabilidade desta foi terceirizada e informatizada pela empresa ASPEC.

3.1 TERCEIRIZAÇÃO

Seguindo o que preceitua o art. 2º da Lei nº. 8666/93, a contratação dos serviços de contabilidade oferecidos pela empresa ASPEC ao Município de Morada Nova, foi precedido do devido processo licitatório, na modalidade convite, onde participaram 05 (cinco) empresas. O tipo de licitação baseou-se no “Menor Preço”, conforme o Estatuto das Licitações.

Referida licitação resultou em um contrato elaborado e assinado pelas partes com base no edital da carta convite e na proposta vencedora. Em Janeiro de mil novecentos e noventa e sete(1997), na sede da Prefeitura Municipal de Morada Nova, representada pelo seu Prefeito Municipal, o Senhor Francisco Xavier Andrade Girão, e a ASPEC - Assessoria, Processamento e Contabilidade S/C Ltda., celebraram um contrato de prestação de serviços.

O contrato refere-se à prestação de serviços técnicos contábeis e o arrendamento de sistemas de informática para uso exclusivo da Prefeitura Municipal de Morada Nova, conforme descrição abaixo:

São considerados os trabalhos técnicos de contabilidade e atividades compartilhadas, compreendidos os seguintes:

- I. Escrituração regular, de todos os atos e fatos relativos ao patrimônio e às variações patrimoniais da prefeitura municipal, pelo método de partidas dobradas e por meio de computação eletrônica;
- II. Classificação dos fatos para registros contábeis, por processamento através de computação eletrônica, e respectiva validação dos registros e demonstrações;

- III. Abertura e encerramento de escritas contábeis;
- IV. Organização dos serviços contábeis quanto à sua concepção, planejamento e estrutura material, bem como o estabelecimento de cronogramas, modelos, formulários e similares.
- V. Elaboração de balancetes financeiros, demonstrativos da receita e despesa orçamentária, razão e diário apresentados por contas ou grupo de contas, de forma analítica ou sintética;
- VI. Integração de balanços, inclusive consolidações, também de Fundos Especiais e outros órgãos da administração direta;
- VII. Programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução do orçamento programa;
- VIII. Conciliações de contas bancárias;
- IX. Assistência ao setor financeiro da Prefeitura, para uma boa execução de suas tarefas;
- X. Planificação das contas, com a descrição das suas funções e do funcionamento dos serviços contábeis;
- XI. Serviços de processamento de dados;
- XII. Execução da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, através de sistemas de processamento de dados;
- XIII. Elaboração de leis, decretos e outros atos administrativos concernentes à matéria orçamentária;
- XIV. Orientação técnica aos servidores vinculados ao setor contábil da prefeitura;
- XV. Levantamento e elaboração do balanço geral, incluindo-se todos os anexos exigidos pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

Os serviços relacionados anteriormente, são realizados por servidores municipais, em conjunto com os Técnicos da Aspec. Observe-se que os serviços não se restringem somente à abertura e encerramento de escrita, ou à simples escrituração dos atos e fatos contábeis, envolvem inclusive, a elaboração e o acompanhamento orçamentário municipal, desde a elaboração de projetos de leis que tratam da matéria financeira e orçamentária, como a lei orçamentária e decretos de abertura de créditos adicionais, quanto à sua escrituração e acompanhamento, depois de aprovados pela Câmara Municipal. Verifica-se ainda, que a conciliação dos saldos bancários, para fins de registro nos demonstrativos contábeis, também é uma atribuição da empresa contratada, que também oferece à contratante, assistência ao seu Setor Financeiro.

3.2 FUNCIONAMENTO

Os serviços são executados na sede da Prefeitura de Morada Nova, e com a finalidade de mantê-los sempre em dia e em obediência às normas legais vigentes, podendo ser executados na sede da Empresa contratada ou na cidade de Fortaleza, em virtude de casos de força maior.

A contratada executa os serviços discriminados no item 3.1 deste capítulo, através de utilização de pessoal de sua inteira responsabilidade técnica e contratual [03(três) funcionários em tempo integral, ou seja, 40(quarenta) horas/semanais, para auxiliar nos serviços], como também com a colaboração eventual e solicitada de funcionários da Contratante, lotados nos setores de sua atuação, aos quais orientam e proporcionam treinamento específico para as funções que se proponha à executar, ficando responsável pela supervisão e fiscalização desses serviços.

Foram fornecidos os sistemas de informática, onde os mesmos foram instalados com exclusividade na Prefeitura Municipal de Morada Nova. Os sistemas são implantados com duração prevista de 1(uma) semana, onde são realizadas a instalação e o treinamento do pessoal em sua utilização e transmitida a orientação necessária à geração das bases de dados necessários aos sistemas referenciados.

A prefeitura, representada pelo seu titular, é a única responsável pelos atos de Gestão administrativa que sejam praticados, limitando-se à empresa contratada a responsabilidade técnica dos lançamentos e registros de contabilidade.

O funcionamento do Setor de Contabilidade do Município é centralizado, ocorrendo os registros contábeis de todas as unidades gestoras municipais, com exceção do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), nas dependências da Prefeitura Municipal, onde os funcionários da ASPEC, juntamente com os Servidores Municipais lotados no Setor, executam os serviços contábeis destas Unidades Gestoras. Estes serviços foram descritos no item anterior.

3.3 INFORMATIZAÇÃO

O sistema de contabilidade pública tem por objetivo o registro e controle de todos os atos e fatos contábeis da administração pública. É mantido pelos dados do Sistema de Empenho (cujas finalidades são o controle e a execução do orçamento, realizando o controle da despesa através das seguintes funções básicas: Modificações no Orçamento; Emissão de Empenhos; Pagamento de Empenhos; Anulação de Empenhos), sendo os lançamentos do sistema orçamentário gerados automaticamente.

As principais funções do sistema são: Manter os lançamentos contábeis atualizados de acordo com os atos praticados no sistema de empenho, permitindo também registro de lançamentos em separado dos sistemas financeiros e patrimonial; Registrar e controlar em separado, a contabilidade dos Fundos Especiais; Seguir estritamente ao plano de contas do usuário; Permitir a conversão automática dos saldos, fazendo os ajustes das perdas pela conversão de moeda; Permitir o encerramento automático das contas do sistema orçamentário e patrimonial, gerando seus lançamentos e emitindo o balanço geral.

Emite-se os seguintes relatórios: Elenco de Contas; Balancetes financeiros dos órgãos, Fundos Especiais ou consolidados; Demonstrativos da Receita Orçamentária dos Órgãos, Fundos Especiais ou consolidados; Livro Diário; Razão analítico e sintético; Relação de saldos dos sistemas financeiro, orçamentário e patrimonial; Receita e despesa segundo as categorias econômicas; Natureza da despesa; Programa de trabalho; Programa de trabalho de governo - Demonstrativo de funções, programas e subprogramas por projetos e atividades; Demonstrativo de funções, programas e subprogramas conforme o vínculo dos recursos; Demonstrativo de funções, programas e subprogramas por órgãos e funções; Demonstrativo da despesa por órgãos e funções; Balanço orçamentário; Balanço financeiro; Balanço patrimonial; Demonstrações das variações patrimoniais; Comparativo da receita prevista e arrecadada; Comparativo da despesa fixada com a realizada; Demonstrativo da Dívida Fundada; Demonstrativo da Dívida Flutuante; Demonstrativo da despesa por órgãos e funções; Balanço orçamentário; Balanço financeiro; Balanço patrimonial e Demonstrações das variações patrimoniais.

O Sistema Informatizado possui sempre o acompanhamento de funcionários da ASPEC durante sua instalação e sua permanente atualização tecnológica e funciona nas plataformas DOS e WINDOWS com 4 Megabytes de memória.

ASFEAC

3.4 RELATÓRIOS

Através dos demonstrativos contábeis que formam o Balanço Geral, do Município de Morada Nova, verifica-se como são evidenciadas as movimentações orçamentária, financeira e patrimonial, bem como das variações patrimoniais, ocorridas quando da gestão dos recursos.

A seguir serão apresentados os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, respectivamente do município de Morada Nova, onde posteriormente serão analisados.

Quadro 1: Balanço Orçamentário

BALANÇO GERAL			
GOVERNO MUNICIPAL DE MORADA NOVA		EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1998	
CONSOLIDADO		Em R\$ 1,00	
ANEXO 12, da Lei N.º 4.320, de 17/03/64			
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			
RECEITA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.944.000,00	323.008,73	-1.620.991,27
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	470.000,00	141.813,20	-326.186,80
RECEITA PATRIMONIAL	1.419.000,00	703,43	-1.418.296,57
RECEITA INDUSTRIAL	1.026.800,00	0,00	-1.026.800,00
RECEITA DE SERVIÇOS	42.000,00	0,00	-42.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.588.000,00	12.376.337,20	-2.211.662,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	665.200,00	70.821,46	-594.378,54
RECEITAS DE CAPITAL			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	712.000,00	490.240,00	-221.760,00
ALIENAÇÕES DE BENS	369.000,00	44.580,27	-324.419,73
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.226.500,00	1.161.920,88	-1.064.579,12
SOMA	23.462.500,00	14.609.425,17	-8.853.074,83
DEFICIT	-	688.170,19	688.170,19
TOTAL	23.462.500,00	15.297.595,36	-8.164.904,64
DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTAÇÕES			
	23.252.500,00	15.204.081,45	-8.048.418,55
CRÉDITOS ESPECIAIS E SUPLEMENTAÇÕES			
	210.000,00	93.513,91	-116.486,09
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS E SUPLEMENTAÇÕES			
	0,00	0,00	0,00
SOMA	23.462.500,00	15.297.595,36	-8.164.904,64
SUPERAVIT	-	-	0,00
TOTAL	23.462.500,00	15.297.595,36	-8.164.904,64

MORADA NOVA, 31 de Dezembro de 1998.

FONTE: CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA

Quadro 2: Balanço Financeiro

BALANÇO GERAL		
GOVERNO MUNICIPAL DE MORADA NOVA		EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1998
CONSOLIDADO		Em R\$ 1,00
ANEXO 13, da Lei N.º 4.320, de 17/03/64		
BALANÇO FINACEIRO		
RECEITA		
ORÇAMENTÁRIA		
RECEITA TRIBUTÁRIA	323.008,73	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	141.813,20	
RECEITA PATRIMONIAL	703,43	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.376.337,20	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.821,46	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	490.240,00	
ALIENAÇÕES DE BENS	44.580,27	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.161.920,88	14.609.425,17
CONTRAPARTIDA		
RESTOS A PAGAR	2.971.017,87	2.971.017,87
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		
PAGAMENTOS ANTECIPADOS		
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - PMMN	12.957,24	
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - FME	39,81	
TELECEARÁ - PMMN	50.410,37	
OUTRAS OPERAÇÕES		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEC - PMMN	180.290,06	
TRANSFERÊNCIAS PARA UNIDADES GESTORAS EXTERNAS		
TRANSF. FINANCEIRAS P/CÂMARA - PMMN	562.952,00	
CONSIGNAÇÕES		
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - PMMN	17.728,39	
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - CMMN	4.401,53	
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - FMS	6.909,96	
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - FME	82.973,41	
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - FMAS	2.589,92	
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PMMN	4,80	
TELECEARÁ - PMMN	-9.014,19	
PENSÃO ALIMENTÍCIA - PMMN	4.566,41	
PENSÃO ALIMENTÍCIA - CMMN	12.036,33	
PENSÃO ALIMENTÍCIA - FMSS	2.271,09	
PENSÃO ALIMENTÍCIA - FME	77,82	
FALTAS - FMS	4.298,65	
FALTAS - FME	1.148,40	
IMPOSTO S/SERVIÇOS DE QUALOUER NATUREZA - CM	969,37	
IMPOSTO S/SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - FM	45.750,48	
IMPOSTO S/SERVICOS DE QUALOUER NATUREZA- FM	33,00	
IMPOSTO S/SERVICOS DE QUALOUER NATUREZA- FM	72.432,44	
IMPOSTO S/SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA- FM	938,65	
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - CMMN	12.837,40	
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - FMS	144.322,91	
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - FMSS	363,00	
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - FME	24.822,90	
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - FMAS	578,12	
RESTITUIÇÕES - FMS	23,76	
RESTITUIÇÕES - FME	338,52	
RESTITUIÇÕES - FMAS	2,00	1.240.055,15
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		
BANCOS C/ MOVIMENTO		342.616,51
TOTAL RECEITAS		19.163.114,70

MORADA NOVA, 31 de Dezembro de 1998

FONTE: CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA

BALANÇO GERAL
GOVERNO MUNICIPAL DE MORADA NOVA **EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1998**
CONSOLIDADO **Em R\$ 1,00**
ANEXO 13, da Lei N.º 4.320, de 17/03/64

BALANÇO FINANCEIRO

DESPESA

ORÇAMENTÁRIA		
LEGISLATIVA	570.620,89	
JUDICIÁRIA	4.000,00	
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2.099.793,19	
AGRICULTURA	99.238,17	
COMUNICAÇÕES	53.236,03	
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	11.574,48	
EDUCAÇÃO E CULTURA	6.656.789,84	
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	329.282,58	
HABITAÇÃO E URBANISMO	1.162.629,59	
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	7.023,51	
SAÚDE E SANEAMENTO	3.081.508,16	
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	986.619,15	
TRANSPORTE	235.279,17	15.297.595,36
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		
PAGAMENTOS ANTECIPADOS		
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - PMMN	627,65	
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - FME	-3.779,91	
TELECEARÁ - PMMN	42.453,17	
OUTRAS OPERAÇÕES		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEC - PMMN	490.240,00	
OUTRAS CONTAS PENDENTES DEVEDORAS		
DEPÓSITO EM JUÍZO - PMMN	265,20	
TRANSFERÊNCIAS PARA UNIDADES GESTORAS EXTERNAS		
TRANSF. FINANCEIRAS P/CÂMARA - PMMN	562.952,00	
RESTOS A PAGAR - DESPESAS PROCESSADAS		
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1996 - PMMN	30.922,14	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1996 - FMS	3.838,47	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1996 - FME	30.334,63	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1997 - PMMN	1.041.063,03	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1997 - CMMN	5.794,57	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1997 - FMS	759.117,19	
CONSIGNAÇÕES		
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - PMMN	23.258,86	
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - CMMN	4.401,53	
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - FMS	5.414,31	
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - FME	84.897,36	
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - FMAS	2.520,31	
PENSAO ALIMENTÍCIA - PMMN	5.844,46	
PENSAO ALIMENTÍCIA - CMMN	12.036,33	
PENSAO ALIMENTÍCIA - FMSS	2.271,09	
PENSAO ALIMENTÍCIA - FME	102,83	
FALTAS - FMS	5.447,05	
IMPOSTO S/SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA- CM	969,37	
IMPOSTO S/SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA- FM	46.722,13	
IMPOSTO S/SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA- FM	72.432,44	
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - CMMN	12.837,40	
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - FMS	144.322,91	
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - FMSS	363,00	
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - FME	24.822,90	
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - FMAS	578,72	
RESTITUIÇÕES - FMS	25,76	
RESTITUIÇÕES - FME	338,52	3.413.435,42
SALDO PARA O ANO SEGUINTE		
BANCOS C/ MOVIMENTO		452.083,92
TOTAL DESPESAS	19.163.114,70	

MORADA NOVA, 31 de Dezembro de 1998.

FONTE: CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA

Quadro 3: Balanço Patrimonial

BALANÇO GERAL		EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1998	
GOVERNO MUNICIPAL DE MORADA NOVA		Em R\$ 1,00	
CONSOLIDADO			
ANEXO 14, da Lei N.º 4.320, de 17/03/64			
BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO			
ATIVO FINANCEIRO			
DISPONÍVEL			
BANCOS C/ MOVIMENTO		452.083,92	
REALIZÁVEL			
PAGAMENTOS ANTECIPADOS			
SALÁRIO-FAMÍLIA - PMMN		0,04	
VALOR EM PODER DA COELCE - PMMN		20,81	
TELECEARÁ - PMMN	25.952,97		
CONV. COHAM/PMMN- PMMN		104,99	
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS			
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS - PMMN		24.088,85	
OUTRAS OPERAÇÕES			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEC - PMMN		309.949,94	
CONTAS PENDENTES DEVEDORAS			
OUTRAS CONTAS PENDENTES DEVEDORAS			
DEPÓSITO EM JUÍZO - PMMN		265,20	
TRANSFERÊNCIAS PARA UNIDADES GESTORAS EXTERNAS			
TRANSF. FINANCEIRAS P/ CÂMARA - PMMN		883.859,17	1.696.325,89
ATIVO PERMANENTE			
BENS DA ENTIDADE			
BENS MÓVEIS		894.127,71	
BENS SEMOVENTES		4.950,00	
BENS IMÓVEIS		728.304,67	
CRÉDITOS			
DÍVIDA ATIVA			
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - PMMN		126.174,75	
CRÉDITOS DIVERSOS			
CRÉDITOS - PMMN		119.734,47	
VALORES			
AÇÕES DE EMPRESAS			
AÇÕES DA TELECEARÁ - PMMN		2.033,92	
AÇÕES DA RFFSA - PMMN		8.946,40	
ENTIDADES AUTÁRQUICAS C/ ATIVO			
S.A.A.E - PMMN		963.919,72	2.848.191,64
TOTAL ATIVO REAL		4.544.517,53	
PASSIVO A DESCOBERTO		1.188.554,17	
TOTAL ATIVO		5.733.071,70	

MORADA NOVA, 31 de Dezembro de 1998.

FONTE: CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA

BALANÇO GERAL
GOVERNO MUNICIPAL DE MORADA NOVA
CONSOLIDADO

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1998
Em R\$ 1,00

ANEXO 14, da Lei N.º 4.320, de 17/03/64

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

PASSIVO FINANCEIRO

RESTOS A PAGAR

RESTOS A PAGAR - DESPESAS NAO PROCESSADAS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 1998 - PMM	703.127,04
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 1998 - CMM	12.058,01
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 1998 - FMS	69.089,99
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 1998 - FMS	5.193,06
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 1998 - FME	831.134,84
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 1998 - FMA	34.262,13

RESTOS A PAGAR - DESPESAS PROCESSADAS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1996 - PMMN	169.603,90
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1996 - FMS	33.683,03
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1996 - FME	259.096,15
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1997 - PMMN	184.320,10
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1997 - CMMN	1.900,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1997 - FMS	38.189,22
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1997 - FME	39.605,30
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1995 - PMMN	282.555,32
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1998 - PMMN	527.904,64
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1998 - FMS	332.842,15
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1998 - FMSS	5.492,31
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1998 - FME	397.649,57
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 1998 - FMAS	52.264,13

DEPÓSITOS

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PMMN	1,47
SECRETARIA DE SAÚDE - PMMN	4,17
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - PMMN	0,23

CONSIGNAÇÕES

FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - PMMN	48.800,37
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL FMS	20.054,29
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - FME	84.216,75
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL - FMAS	69,61
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PMMN	1.859,49
PENSÃO ALIMENTÍCIA - PMMN	1.386,85
PENSÃO ALIMENTÍCIA - FME	203,97

CRÉDITOS

CREDORES DIVERSOS

CREDORES DIVERSOS - PMMN	1.212,52	4.137.781,21
--------------------------	----------	--------------

PASSIVO PERMANENTE

DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DÍVIDA FUNDADA INTERNA - POR CONTRATOS	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEC - PMMN	490.240,00

DÉBITOS CONSOLIDADOS

FGTS-FUNDO DE GARANTIA P/TEMPO SERVIÇO	223.599,32
INST. NAC. DO SEGURO SOCIAL - PMMN	723.041,11
ENTIDADES AUTÁRQUICAS C/PASSIVO	
S.A.A.E - PMMN	158.410,00

1.595.290,49

TOTAL PASSIVO REAL 5.733.071,70

TOTAL PASSIVO. 5.733.071,70

MORADA NOVA, 31 de Dezembro de 1998.

FONTE: CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA

Quadro 4: Demonstração das Variações Patrimoniais

BALANÇO GERAL		EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1998	
GOVERNO MUNICIPAL DE MORADA NOVA		Em R\$ 1,00	
CONSOLIDADO			
ANEXO 15, da Lei N.º 4.320, de 17/03/64			
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
VARIAÇÕES ATIVAS			
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA TRIBUTÁRIA	323.008,73		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	141.813,20		
RECEITA PATRIMONIAL	703,43		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.376.337,20		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.821,46		
RECEITAS DE CAPITAL			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	490.240,00		
ALIENAÇÕES DE BENS	44.580,27		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.161.920,88	14.609.425,11	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS	413.204,97		
AQUISIÇÃO DE BENS SEMOVENTES	3.700,00		
CONST. E/OU AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	211.586,45	628.491,42	
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.007,00		
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	95.136,41		
INCORPORAÇÃO E/OU REAVALIAÇÃO DE AÇÕES	45.768,16		
INCORPORAÇÃO DE ENTIDADES AUTÁRQUICAS C/ATIVO	963.919,72		
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	12.905,95	1.120.131,24	
TOTAL GERAL		16.358.653,83	
VARIAÇÕES PASSIVAS			
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DESPESAS CORRENTES			
DESPESAS DE CUSTEIO	12.341.029,42		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	448.380,33		
DESPESAS DE CAPITAL			
INVESTIMENTOS	2.446.510,61		
INVERSÕES FINANCEIRAS	55.615,00	15.291.595,36	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA	6.035,95		
ALIENAÇÃO DE AÇÕES	44.580,21		
DÍVIDA FUNDADA CONTRAÍDA	490.240,00	540.656,22	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
INCORPORAÇÃO DE ENTIDADES AUTÁRQUICAS C/PASSIVO	158.410,00	158.410,00	
RESULTADO PATRIMONIAL - SUPERAVIT		361.792,25	
TOTAL GERAL		16.358.653,83	
MORADA NOVA, 31 de Dezembro de 1998.			

FONTE: CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA

3.5 ANÁLISE CRÍTICA

Analisar é proceder a uma investigação dos fatos com base nos dados que são apresentados nas quatro peças que fazem parte do conjunto dos denominados Balanços Públicos: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.

BSFEAC

3.5.1 Do Balanço Orçamentário

Este trabalho levará em conta a necessidade de explicar e fazer compreender os dados e informações que constam do Balanço Orçamentário e também traduzir da maneira mais simples e objetiva os resultados apresentados.

Dos quocientes sobre o Balanço Orçamentário:

- Quociente de Execução da Receita

$$\frac{\text{Receita Executada } 14.609.425,17}{\text{Receita Prevista } 23.462.500,00} = 0,62$$

Significado do quociente:

Primeira situação: Igual a 1 (Receita Executada é igual à Receita Prevista).

Segunda situação: Maior do que 1 (Receita executada é maior do que a Prevista, portanto, a diferença representa o excesso de arrecadação).

Terceira situação: Menor do que 1 (Receita Executada é menor do que a Prevista, portanto, a diferença representa a falta de arrecadação em relação à previsão).

Considera-se que houve a importância de 0,62 de Receita Orçamentária Arrecadada no exercício, para cada 1,00 de Receita Orçamentária Prevista, ou seja, 62% da Receita Prevista foi arrecadada. No que se relaciona com a soma da receita executada no exercício de R\$ 14.609.425,17 em confronto com a receita prevista de R\$ 23.462.500,00, demonstra que houve uma diferença para menos de R\$ 8.853.074,83, que representa a insuficiência no período.

Esse quociente deve representar o quanto foi realizado de Receita Executada em comparação com a Receita prevista, o resultado normal deverá ser 1 ou maior ou menor do que 1, porém, próximo de 1. Caso seja muito acima ou abaixo de 1, deve-se procurar as causas e possíveis justificativas convincentes.

- Quociente de Execução da Despesa

Despesa orçamentária Executada 15.297.595,36 = 0,65

Despesa orçamentária Fixada 23.462.500,00

Significado do quociente:

Primeira situação: Igual a 1 (Despesa Executada é igual à Despesa Fixada. Essa hipótese, embora possível, dificilmente ocorrerá, pois demonstrará que o total das dotações orçamentárias autorizadas foi utilizado por meio de empenhos).

Segunda situação: Maior do que 1 (Despesa Executada maior do que a Despesa Fixada. Essa hipótese jamais poderá ocorrer, visto que demonstrará a utilização de dotação orçamentária, sem a devida autorização legal). Situação inaplicável.

Terceira situação: Menor do que 1 (Despesa Executada menor do que a Despesa Fixada. Essa hipótese representará o quanto da Despesa Fixada (autorizada legalmente) foi utilizado como Despesa executada. E, a diferença, representará uma economia de despesa, ou seja, quanto deixou de ser utilizado como Despesa Executada, em relação à Despesa Fixada. Esta deverá ser a hipótese usual).

A interpretação objetiva desse quociente leva-nos a constatar que houve 0,65 de Despesa Orçamentária Executada, para cada 1,00 de Despesa Orçamentária Fixada. Nota-se que a despesa orçamentária fixada, ou seja, as dotações consignadas na Lei de orçamento, acrescidas pelas autorizadas e abertas por meio de créditos adicionais, que somam R\$ 23.462.500,00 e a despesa orçamentária executada de R\$ 15.297.595,36, apresenta uma diferença de R\$ 8.164.904,64 que pode ser identificada como economia de despesa.

Esse quociente deve demonstrar quanto da Despesa Fixada foi utilizada em Despesa executada, e o resultado menor do que 1 será considerado normal. Dificilmente ocorrerá um resultado 1 e jamais poderá ser maior do que 1.

- Quociente do Resultado Orçamentário

$$\frac{\text{Receita Executada } 14.609.425,17}{\text{Despesa Executada } 15.297.595,36} = 0,96$$

Significado do quociente:

Primeira situação: Igual a 1 (Receita Executada é igual à Despesa Executada).

Segunda situação: Maior do que 1 (Receita Executada é maior do que a Despesa Executada. Demonstra a existência de um “superávit” orçamentário de execução, entretanto, se acontecer, geralmente, poderá ser proveniente de operação de crédito (empréstimo ou financiamento), que causará aumento da dívida fundada).

Terceira situação: Menor do que 1 (Receita Executada é menor do que a Despesa Executada. Demonstrará a existência de um “déficit” orçamentário de execução).

Leva-nos a considerar que há somente, 0,96 de Receita Executada para cada 1,00 de Despesa Executada, demonstrando um déficit de execução. Nota-se que a receita executada, ou seja, a receita orçamentária que foi arrecadada no exercício, soma R\$ 14.609.425,17; em comparação com a despesa executada (empenhada) de 15.297.595,36, apresenta um “déficit de execução” de 688.170,19, que corresponde ao resultado orçamentário do exercício.

Esse quociente deve demonstrar quanto da Receita Executada serve de cobertura para a Despesa Executada.

3.5.2 Do Balanço Financeiro

Serão discutidas algumas questões importantes a respeito do Balanço Financeiro, no sentido de instruir e orientar o trabalho de análise e interpretação de seus resultados.

Dos quocientes sobre o Balanço Financeiro:

- Quociente do Resultado da Execução Financeira

$$\frac{\text{Soma da Receita } 18.820.498,19}{\text{Soma da Despesa } 18.711.030,78} = 1,01$$

$$\text{Soma da Despesa } 18.711.030,78$$

Significado do quociente:

Primeira situação: Igual a 1 [Receita (Orçamentária + Extra-Orçamentária) igual à Despesa (Orçamentária + Extra-Orçamentária) demonstrará equilíbrio].

Segunda situação: Maior do que 1 [Receita (Orçamentária + Extra-Orçamentária) maior do que Despesa (orçamentária + Extra-Orçamentária), isto é, a soma total dos recebimentos do exercício é maior do que a soma total dos pagamentos do exercício e, portanto, houve um superávit financeiro].

Terceira situação: Menor do que 1 [Receita (Orçamentária + Extra-Orçamentária) menor do que a Despesa (orçamentária + Extra-Orçamentária), isto é, a soma total dos recebimentos do exercício é menor do que a soma total dos pagamentos do exercício e, portanto, houve um déficit financeiro].

Esse quociente demonstra a existência de recebimento de 1,01 na soma das receitas, para cada 1,00 da soma das despesas pagas. Deve-se considerar que a soma da receita (orçamentária + extra-orçamentária) de 18.820.498,19, em confronto com a despesa (orçamentária + extra-orçamentária) de 18.711.030,78, demonstra que no exercício houve um “superávit” financeiro de 109.467,41, ou seja, a soma das receitas recebidas superou a soma das despesas pagas. Por meio desse quociente, que é um dos meios de se identificar o resultado apresentado no balanço financeiro, foi apontado a existência de um “superávit” financeiro de 109.467,41.

Nesse quociente, o que se considera normal é o resultado de 1, ou pouco maior do que 1. Caso seja menor do que 1, deve-se verificar as disponibilidades (saldo de caixa/bancos) que refletem a movimentação financeira de origem extra-orçamentária, para se ter melhor base de análise e interpretação.

- Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros

$$\frac{\text{Saldo que passa para o Exercício Seguinte } 452.083,92}{\text{Saldo do Exercício Anterior } 342.616,51} = 1,32$$

Significado do quociente:

Primeira situação: Igual a 1 (Saldo que passa para o exercício seguinte igual ao saldo do exercício anterior, demonstrando equilíbrio entre os recebimentos e os pagamentos ocorridos no exercício).

Segunda situação: Maior do que 1 (Saldo que passa para o exercício seguinte maior do que o saldo do exercício anterior. Se for maior do que o saldo do exercício anterior, constitui-se num “superávit” financeiro, ou seja, os recebimentos do exercício foram maiores do que os pagamentos do exercício).

Terceira situação: Menor do que 1 (Saldo que passa para o exercício seguintes menor que o saldo do exercício anterior. Essa hipótese identificará que houve um déficit financeiro, isto é, os recebimentos do exercício foram menores do que os pagamentos do exercício).

Esse quociente demonstra que existe 1,32 de saldo que passa para o exercício seguinte para cada 1,00 do saldo do exercício anterior. Verifica-se que essa demonstração representa que no exercício houve um “superávit” financeiro, ou seja, houve um aumento do saldo disponível de 1,32 em relação ao saldo do exercício anterior.

3.5.3 Do Balanço Patrimonial

Serão apresentadas algumas informações importantes a respeito do Balanço Patrimonial, com o objetivo de instruir e orientar o trabalho de análise e interpretação dos resultados nele apresentados.

Dos quocientes sobre o Balanço Patrimonial:

- Quociente da situação financeira

$$\frac{\text{Ativo Financeiro } 1.696.325,89}{\text{Passivo Financeiro } 4.137.781,21} = 0,41$$

Significado do quociente:

Primeira situação: Igual a 1 (Ativo Financeiro igual ao Passivo Financeiro).

Segunda situação: Maior do que 1 (Ativo Financeiro maior do que o Passivo Financeiro, isto é, há um excesso de recursos financeiros, representados pela soma das disponibilidades mais direitos realizáveis, sobre as obrigações de curto prazo, portanto, um “superávit” financeiro apurado no balanço patrimonial que pode servir como recurso de cobertura para a abertura de créditos adicionais).

Terceira situação: Menor do que 1 (Ativo Financeiro menor do que o Passivo Financeiro, isto é, o Ativo Financeiro é insuficiente para cobrir o Passivo Financeiro, ou seja a soma das disponibilidades mais os direitos realizáveis não são suficientes para cobrir as obrigações financeiras de curto prazo, portanto, representa um “déficit” financeiro apurado no balanço patrimonial).

A interpretação desse quociente pode ser feita, no sentido de se verificar que há 0,41 de ativo financeiro para cada 1 de passivo financeiro. No que se relaciona com a soma do ativo financeiro de 1.626.325,89, em confronto com o passivo financeiro de 4.137.781,21, demonstra que houve uma diferença para menos de 2.441.455,32, que representa o “déficit” financeiro apurado no balanço patrimonial.

- Quociente da Situação Permanente

$$\frac{\text{Ativo Permanente } 2.848.191,64}{\text{Passivo Permanente } 1.595.290,49} = 1,79$$

Significado do quociente:

1 = Ativo Permanente igual ao Passivo Permanente.

Maior do que 1 = Ativo Permanente maior do que o Passivo Permanente., ou seja, que a soma dos bens, créditos e valores, de caráter permanente, é superior à soma das dívidas fundadas e, portanto, que há um “superávit” na parte permanente do balanço patrimonial.

Menor do que 1 = Ativo Permanente menor do que o Passivo permanente, isto é, que a soma dos bens, créditos e valores, de caráter permanente, é inferior à soma da dívida fundada (obrigações de longo prazo) e, portanto, há um “déficit” na parte permanente do balanço patrimonial.

A interpretação desse quociente, indica que existe 1,79 de Ativo Permanente para cada 1 do Passivo Permanente. Verifica-se que o Ativo Permanente possui um montante de 2.848.191,64, que em confronto com o Passivo Permanente que soma 1.595.290,49, apresenta um “superávit” de 1.252.901,15.

Esse quociente demonstrará o resultado da relação entre o ativo permanente e o passivo permanente. O resultado esperado é que seja maior do que 1 ou, pelo menos 1. Se for maior do que 1, expressará que o endividamento é inferior à soma dos bens, créditos e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo.

- Quociente do Resultado Patrimonial

$$\frac{\text{Soma do Ativo Real } 4.544.517,53}{\text{Soma do Passivo Real } 5.733.071,70} = 0,79$$

Observação: A Soma do Ativo Real compreende o Ativo Financeiro mais o Ativo Permanente. A soma do Passivo Real compreende o Passivo Financeiro mais o Passivo Permanente. Por esse quociente será verificado o resultado apresentado pelo Balanço Patrimonial.

Significado do quociente:

Primeira situação: Igual a 1 (Soma do Ativo Real igual à Soma do Passivo Real).

Segunda situação: Maior do que 1 (Soma do Ativo Real maior do que a Soma do Passivo Real, isto é, que a soma dos bens, créditos e valores realizáveis é superior à soma dos compromissos exigíveis mais as dívidas fundadas e, portanto, que há “superávit” patrimonial).

Terceira situação: Menor do que 1 (Soma do Ativo Real menor do que a Soma do Passivo Real ou seja, que a soma dos bens créditos e valores realizáveis é inferior à soma dos compromissos exigíveis mais as dívidas fundadas e, portanto que há “déficit” patrimonial.).

A interpretação desse quociente pode ser expressa no sentido de que há 0,79 da soma do Ativo Real para cada 1,00 da soma do Passivo Real. Deve-se considerar que a soma do Ativo Real de 4.544.517,53, em confronto com a soma do Passivo Real de 5.733.071,70, demonstra que no exercício houve um “déficit” patrimonial de 1.188.554,17, ou seja a soma dos bens e direitos é inferior à soma das obrigações.

O resultado que se considera normal, para esse quociente, será maior do que 1. O resultado 1 demonstrará equilíbrio patrimonial, e o menor do que 1, preocupante.

3.5.4 Das Variações Patrimoniais

BSFEAC

Serão apresentados alguns aspectos importantes, com o objetivo de instruir e orientar o trabalho de análise e interpretação dos resultados apresentados.

- Quociente do Resultado das variações Patrimoniais

$$\frac{\text{Total das Variações Ativas } 16.358.653,83}{\text{Total das Variações Passivas } 15.996.861,58} = 1,02$$

Significado desse quociente:

Primeira situação: Igual a 1 (Total das Variações Ativas é igual ao total das Variações Passivas).

Segunda situação: Maior do que 1 (Total das variações Ativas é maior do que o total das Variações Passivas., ou seja, que o resultado representa um “superávit” na relação entre as variações patrimoniais onde as ativas são superiores às passivas).

Terceira situação: Menor do que 1 (Total das variações Ativas é menor do que o total das Variações Passivas, ou seja, que o resultado apresenta um “déficit” na relação entre as variações patrimoniais onde as ativas são inferiores às passivas).

Por esse quociente fica demonstrado o resultado das variações patrimoniais do exercício, que , no caso, o total das variações ativas foi 1,02, para cada 1,00 do total das

variações passivas. Na realidade, isso demonstra que ocorreu aumento patrimonial no exercício de 361.792,25, o que se considera bom.

Em razão de demonstrar o resultado patrimonial do exercício, considera-se positivo quando for maior do que 1, pois demonstrará que houve no exercício um “superávit” patrimonial. Caso o resultado seja 1, deve-se considerá-lo normal, mostra que a situação patrimonial se manteve estável. Se for menor do que, será considerado negativo, uma vez que refletirá que a situação apresentou um “déficit” patrimonial no exercício.

CONCLUSÃO

A Análise de Balanços surgiu e desenvolveu-se com o objetivo de transformar os dados divulgados pela Contabilidade em informações passíveis de análise e interpretação para a tomada de decisão.

O setor público tem o dever de divulgar com a máxima transparência possível, os resultados da gestão dos recursos públicos. Entretanto, os dados como são apresentados, acabam tornando-se inúteis face à dificuldade de sua compreensão. Entende-se que a metodologia de análise já desenvolvida para o setor privado, que seria o uso de quocientes, já com algumas adaptações, poderia ser aplicada, com muito proveito, sobre os dados gerados pela Contabilidade Pública, como foi o caso do município de Morada Nova, onde através da análise dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais foi possível compreender a real situação do município no exercício de 1998.

Desta forma, verificou-se a importância dos Balanços para a tomada de decisão, especialmente se utilizados os devidos índices.

Espera-se a partir dos conceitos aqui expostos, sensibilizar os profissionais no setor público quanto à devida importância dessa ferramenta gerencial, principalmente como instrumento de gestão da coisa pública e passar a adotar como atividade a Análise de Balanços, mesmo que, não seja obrigatória nos ditames da lei.

BIBLIOGRAFIA

ANGÉLICO, João. *Contabilidade Pública*. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 1996.

BRASIL, Leis, Decretos e etc. Lei n.º 964 de 08/02/93 – Lei que dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Município de Morada Nova.

FRANCO, Hilário. *Contabilidade Geral*. 22ª edição. São Paulo: Atlas, 1992.

FROTA, Silvia. et al. *Revista Municípios do Ceará*. Fortaleza, ano III, n.º 19, agosto de 1999.

IPLANCE - *Perfil Básico Municipal: Morada Nova*. Fortaleza: edições IPLANCE, 1998.

KOHAMA, Heilio. *Contabilidade Pública: Teoria e Prática*. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. *Balanços Públicos: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 1999.

MELO, Fernando. *Contabilidade Aplicada à Administração Pública Federal*. In: Contabilidade Pública, 1998. (<http://www.virtual.vserver.com.br/manualcontab.html>)

PIRES, João Batista de Sousa. *Contabilidade Pública: Teoria e Prática*. 2ª edição. Brasília: Thesaurus, 1996.

REIS, Heraldo da Costa & MACHADO Jr., José Teixeira. *A Lei n.º 4.320/64 comentada*. 28ª edição Rio de Janeiro: IBAM, 1997